



ZL

A. Zózimo & M. Lourenço,
S.R.O.C., Lda.

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

ANO ECONÓMICO DE 2024

A

INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS

- 1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado, emitimos a Certificação Legal das Contas com data 21 de abril de 2025.
- 1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
- (1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.
 - (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - (4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
 - (5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
 - c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas, no decorrer da nossa viagem entre 15 e 22 de março de 2025, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões por teletrabalho mais relevantes a que chegámos.

2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos orçamentais a transitar para os anos seguintes totalizam 187 mil euros, sendo de 22.244,80 euros as obrigações por pagar (21.291 euros em 2023).

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 591 mil euros (770 mil euros em 2023), pois foram feitas amortizações de 179 mil euros. Os juros de de empréstimos atingiram 36 mil euros.

O valor em dívida a terceiros (fornecedores, férias pessoal e credores diversos) é de 249 mil euros (278 mil euros em 2023).

2.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL CONCEDIDAS

A evolução dos montantes com transferências correntes e de capital entre 2022 e 2024, encontra-se no quadro abaixo, onde se refletem as políticas seguidas nesta área.

Conta	Descrição	2022	2023	2024	2023 - 2022	2024 - 2023
60	Transferências e subsídios concedidos	677.591	1.030.565	787.381	352.974	-243.184
601	Transferências correntes concedidas	677.591	681.476	747.259	3.884	65.783
60135	Freguesias	145.000	160.000	160.000	15.000	0
6015	Segurança Social	18.065	28.360	43.007	10.295	14.647
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	450.953	425.895	485.245	-25.059	59.350
601621	Ação Social	554	360	0	-194	-360
601622	Bolsas	39.049	34.620	27.132	-4.429	-7.488
601629	Outros	23.970	30.675	27.815	6.706	-2.860
6019	Outros	0	1.565	4.060	1.565	2.495
604	Transferências de capital concedidas	0	349.089	40.123	349.089	-308.967
60461	Instituições sem Fins Lucrativos	0	349.089	40.123	349.089	-308.967

O valor total das transferências foi inferior em cerca de 243 mil euros ao que se tinha verificado em 2023, explicado pelo valor reduzido, comparativamente, das transferências de capital (-308 mil euros), para as instituições sem fins lucrativos, pois apenas foram concedidas ao Sport Clube Marítimo (42 mil euros).

Nas transferências correntes, na mesma rubrica, que é a mais significativa, o valor de 485 mil de é superior em 59 mil euros ao valor de 2023 (de 425 mil euros).

Do total de 787 mil euros de transferências correntes e de capital concedidas, 431,8 mil euros, isto é quase 55%, foram concedidos a 9 entidades conforme quadro abaixo, sobressaindo entre elas a ASCIG - Associação Socio Cultural Ilha Graciosa com 236.000 mil euros, como se verifica no quadro anterior.

A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo com cerca de 50 mil euros é a segunda entidade em valor recebido, pela primeira vez nos últimos anos.

Maiores Valores	Ano 2024
ASCIG - Associação Socio Cultural Ilha Graciosa	236.000
C.C.R.D Sporting Clube de Guadalupe	35.824
Apoio AHBVIG	23.199
Santa Cruz Sport Club	22.443
Casa do Povo da Praia	2.620
Sport Clube Marítimo (corrente e capital)	46.653
Graciosa Futebol Clube	8.300
Agraprome	7.000
Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	49.801
Sub-total de Transferências e Subsídios	431.840

Dado que se trata de dinheiro público, as entidades que o receberam devem prestar contas ao Município do uso que lhes destinaram, pelo que se recomenda, que sejam solicitadas prestações de contas a todas as entidades pelo uso dos dinheiros públicos recebidos, condicionando futuros apoios à entrega de documentação suficiente.

No relatório semestral da situação económica e financeira do Município, a apresentar em meados de 2025, tal prestação de contas deve poder ser avaliada pela Auditoria.

3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Os documentos que espelham a execução orçamental são o mapa de Controlo Orçamental da Receita, o mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o mapa de Fluxos de Caixa, os quais são detalhados no Relatório da Gerência de 2024, pelo que consideramos não ser necessário a sua repetição.

Também é de dispensar a repetição dos mapas de prestação de contas patrimoniais (Balanço, Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de alteração no património líquido), todos eles abundantemente referidos no relatório de gestão e confirmados pela Auditoria.

4. Outros Assuntos

Recomenda-se o esclarecimento das situações de Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, pois, parte deles têm referência a cedências cujo prazo expirou e sem informação de renovação.

Parte dos terrenos e edifícios de propriedade do Município não estão registados em seu nome, nem na Conservatória Predial nem na Autoridade Tributária, pelo que se volta a recomendar que sejam efetuados os registos necessários.

Sublinha-se que a recente Inspeção da IRAP aponta várias desconformidades na área do imobilizado, recomendando, nomeadamente, a atualização do inventário, a promoção de medidas de acompanhamento e controlo da distribuição dos bens, a atualização da norma de controlo interno.

5. Terrenos do Aeroporto e do Complexo Desportivo

A listagem de bens registados nas Finanças e na Conservatória apresenta várias referências a parcelas de terreno, com a referência Aeroporto. Como exemplo, os números de inventário 100395 a 100398 (e muitos outros). Ora, não se tem conhecimento de que o Município tenha alguma participação nesta infraestrutura ou que tenha sido ressarcido do seu valor.

Encontramos igualmente terrenos para a implantação do Complexo Desportivo, sendo exemplo o número de inventário 100399.

Recomendamos o esclarecimento destas situações, e eventualmente de outras do mesmo género, para que os registos correspondam à situação real.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição. A sua exploração tem tido altos e baixos, com resultados, umas vezes, positivos e outras, negativos.

Em 2024 o resultado positivo foi de 33.609 euros. Em 2023, o resultado tinha sido igualmente positivo em 21.345 euros.

7. BANCOS

Verificámos as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não havendo nada de material a assinalar.

Os empréstimos a curto, médio e longo-prazos foram confirmados pelos registos do Banco de Portugal.

A Base de dados de contas do Banco de Portugal, indica duas contas no Santander 018000310777505096 e 0018000310777620096 abertas em 2017 e sem movimento.

Ainda duas contas na C.G. Depósitos PT50 0003507170000006203094 e PT 50 0035717000028303010 abertas em 1988 e sem movimento.

Em contrapartida as contas do Balancete não estão inseridas na mesma base de dados pelo seu número.

Uma conta C.C.A.M. Açores com o número PT 50 004580594030523121540 aberta em 2018 sem movimento. Em contrapartida está no balancete a conta n.º 0045805990090219700305 já encerrada em 2018.

Estas situações indiciam que se manteve na contabilidade o número de conta da abertura.

As reconciliações bancárias são efetuadas pelo Coordenador Técnico da Contabilidade, o que se desaconselha, pois não respeita a segregação de funções.

8. Limites ao Endividamento

O limite ao endividamento por nós calculado é de 6,3 milhões de euros, estando utilizados cerca de 1 milhão de euros pela dívida total a 31-12-2024 pelo que a margem disponível é de cerca de 5,3 milhões de euros.

De acordo com o previsto no artigo 76º do Orçamento de Estado para 2024, conjugado com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e dado que o município não excede em 31 de dezembro a sua margem disponível, o seu endividamento em 2025, pode aumentar em 20% da margem disponível do início do exercício, isto é cerca de um milhão de euros.

9. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2023 e da proposta de aplicação dos resultados do ano, no valor negativo de 519 mil euros.

Os resultados de 2024 foram positivos em 362 mil euros. No fim de 2024, o património da autarquia (conta 51), cobre 29,7% do ativo líquido, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

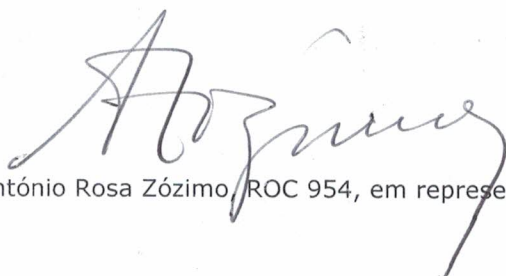
10. Outras informações

Solicitámos e obtivemos a Declaração do Órgão de Gestão do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras.

Recomendamos para o futuro, a inclusão no relatório de gestão duma perspetiva de evolução do desempenho orçamental.

Lisboa, 21 de abril de 2025



António Rosa Zózimo, ROC 954, em representação de A. Zózimo & M. Lourenço, SROC Lda.